

A pesquisa etnográfica como construção discursiva

Vera Helena Gomes Wielewicki

Departamento de Letras, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil.
e-mail: avgomes@onda.com.br

RESUMO. O objetivo deste trabalho é discutir de que modo a pesquisa etnográfica pode ser vista como uma construção discursiva. Para isso, procurarei definir etnografia, questionando seus princípios e as formas de avaliação de seus resultados. Alguns conceitos serão problematizados, como a questão da representação, a relação verdade-ciência e o papel da teoria.

Palavras-chave: pesquisa etnográfica, pós-modernismo, construção discursiva.

ABSTRACT. **The ethnographic research as a discursive construct.** I intend to discuss, in this paper, the ethnographic research as a discursive construct. In this way, I will define ethnography, questioning its principles and the assessment of its results. Some concepts such as representation, the truth-science relation, and the role of theory will be problematized.

Key words: ethnographic research, postmodernism, discursive construction.

Há alguns anos, antes mesmo de pensar sobre pesquisa etnográfica, li uma crônica de Luís Fernando Veríssimo¹ bastante interessante: arqueólogos, num futuro distante, descobrem algumas ruínas e concluem, como não poderia deixar de ser, tratar-se de um templo sagrado. Veríssimo constrói o texto de maneira que o leitor desenha em sua mente a imagem clara do templo, possivelmente vendo até os ritos que ali eram realizados. O humor estabelece-se, à medida em que percebemos tratar-se das ruínas de um motel. A ilustração que mostra a antropóloga, muito séria, envergando uma tampa de vaso sanitário à guisa de colar e adorno para a cabeça e tampas de ralo de lavatório penduradas nas orelhas por suas correntinhas de esferas metálicas completa o texto de forma hilária. O leitor ri por possuir informações que possibilitam que ele reconheça o engano dos competentes pesquisadores e ri, também, das verdades científicas que lhe foram transmitidas, e continuam sendo, durante sua vida. Quando li a crônica, há mais de dez anos, lembrei-me das aulas de história antiga e um *será?* ligou-se aos assírios e aos caldeus, aos medos e aos persas, e a tantas outras duplas de povos que, hoje, habitam apenas os livros.

O motel sagrado de Veríssimo é claramente uma construção discursiva, mas até que ponto outros textos, menos claramente, também não o são? Meu objetivo, neste trabalho, é discutir de que modo a pesquisa etnográfica pode ser vista como uma construção discursiva. Para isso, procurarei definir etnografia, discutindo seus princípios e as formas de avaliação de seus resultados.

O que é pesquisa etnográfica?

A definição de etnografia encontrada em dicionários, como normalmente acontece em relação a disciplinas, é bastante vaga: estudo dos povos e de sua cultura. Os especialistas, entretanto, também não têm uma conceitualização definida da disciplina, nem do que pode ou não ser considerado pesquisa etnográfica (Hammersley, 1994:01). Apesar das diferenças entre os pesquisadores, alguns pontos em comum podem ser pinçados. Originariamente desenvolvida na antropologia, a pesquisa etnográfica propõe-se a descrever e a interpretar ou explicar o que as pessoas fazem em um determinado ambiente (sala de aula, por exemplo), os resultados de suas interações, e o seu entendimento do que estão fazendo (Watson-Gegeo, 1988:576). Em outras palavras, esse tipo de pesquisa procura descrever o conjunto de entendimentos e de conhecimento específico compartilhado entre participantes que

¹ Esta crônica faz parte de minhas "memórias literárias"; não consigo mais localizá-la em termos de referências bibliográficas.

guia seu comportamento naquele contexto específico, ou seja, a cultura daquele grupo (Hornberger, 1994:688). Portanto, parece consensual que a etnografia descreve a cultura de um grupo de pessoas, interessada no ponto de vista dos sujeitos pesquisados. Aí começa sua problemática. A questão da representação - em que medida os achados da pesquisa correspondem à realidade do grupo pesquisado - revolve discussões epistemológicas acerca do binômio verdadeiro/falso. Como provar que as escavações revelam um templo sagrado?

Expandido-se da antropologia para a educação, onde a sala de aula passa a ser vista como um grupo identificável com suas características culturais próprias, a etnografia tornou-se alvo de críticas. Van Lier (1989:41-47), discutindo o assunto, aponta duas delas: por não ser uma disciplina com parâmetros científicos claros, a etnografia não seria uma alternativa confiável a pesquisas que enfatizam testes estatísticos e controle rígido de variáveis, falta-lhe confiabilidade e validade. Além disso, a pesquisa etnográfica vem sendo conduzida de maneira irresponsável por pessoas não treinadas o suficiente. Para Van Lier, a acusação de falta de rigor científico pode ser refutada se considerarmos que um método não pode desacreditar outro simplesmente por diferir de suas regras de conduta, que, entretanto, devem ser conhecidas por quem se propõe a segui-lo. Podemos pensar que discussões sobre confiabilidade e validade da pesquisa etnográfica e uma preocupação exagerada com dados estatísticos, definindo o caráter científico de um trabalho, já não estejam mais, no final do milênio, freqüentando discussões acadêmicas. Não é bem assim. Parece praxe, em trabalhos de natureza social, que se discuta o conceito de verdade relacionado ao pensamento científico. Tyler (1986: 123) tem uma visão pós-moderna do assunto. Para ele, etnografia ou *evocação* é o discurso do mundo pós-moderno, pois o mundo que fez a ciência, e que a ciência fez, é agora um modo arcaico de consciência. Objetivando um controle totalizante, o pensamento científico sucumbiu por violar a primeira lei da cultura, segundo a qual quanto mais o homem tenta controlar algo, mais incontrolláveis ambos se tornam. Tyler continua:

...sua [da ciência] única justificativa era a prova, para a qual não deveria haver nenhuma justificativa dentro de seu próprio discurso, e quanto mais seu discurso era controlado pela sujeição ao critério da prova, mais incontrollável seu discurso se tornava. Sua própria atividade constantemente fragmentava a unidade do

conhecimento que ela pretendia projetar. Quanto mais ela sabia, mais havia para saber (p.123)².

Parece ser isso que se exige da pesquisa etnográfica enquanto discurso científico: que possa ser mensurada, quantificada, enfim, que se possa provar a veracidade de seus achados. Uma pesquisa científica, acadêmica deve estar enquadrada na grande narrativa do conhecimento moderno, na aceção de grandes narrativas de Lyotard. Princípios e critérios de avaliação são formas de se uniformizar achados, buscando-se a totalização do conhecimento.

Assim, Van Lier discute dois princípios básicos da investigação etnográfica: o princípio êmico (*emic principle*) e o princípio holístico. O termo *êmico* é estabelecido em contraste a *ético* (*etic*), cunhados por Pike (*apud* Van Lier, 1989 e Watson-Gegeo, 1988), e derivam das palavras *fonêmico* e *fonético*. Dessa forma, o princípio ético refere-se àquilo que descreve e generaliza sem se preocupar com o contexto. Grades classificatórias e descrições técnicas, por exemplo, são ferramentas de pesquisa formatadas por esse princípio. Por outro lado, o princípio êmico refere-se a regras, a conceitos, a crenças e a significados dos povos em seu próprio grupo. Embora normalmente contraditórios, os dois princípios podem ser complementares, segundo Van Lier, especialmente quando ético refere-se a instrumentos, à habilidades e àquilo que é tido como universal. Trabalhando com as duas categorias, Van Lier continua, o pesquisador encontra-se na fronteira entre a observação ingênua e a interpretação externamente imposta, situação perfeitamente aceitável, contanto que o pesquisador seja rigoroso em suas observações, inferências e interpretações. Para que conflitos entre os princípios êmico e ético sejam resolvidos, é necessário que se observe o princípio holístico, segundo Van Lier. Em outras palavras, um evento deve ser analisado em conexão com seus arredores.

Entretanto, descrever ou explicar conceitos, crenças e significados do ponto de vista de um grupo social, em conexão com seus arredores, não é tarefa simples, se é que se pode afirmar que seja possível. Vários fatores entram em questão aqui. Não se pode esquecer que, uma vez estabelecido o contato entre pesquisador e sujeitos, estabelece-se também uma relação de poder que vai influenciar os achados da pesquisa. O etnógrafo nos faz lembrar os “descobridores” que chegavam às terras “desconhecidas” com presentes para os nativos e eram, de seu ponto de vista, recebidos com admiração e com respeito por eles. Se considerarmos

² Esta citação, como as demais de originais em inglês, foram traduzidas por mim.

o contexto da sala de aula, o pesquisador, que normalmente é também professor, pode ser visto como o salvador da situação caótica do ensino, aquele que vai resolver, com o toque mágico de sua pesquisa, até os problemas de falta de pontos de energia elétrica na sala de aula. Por outro lado, o pesquisador pode representar para o professor observado um teórico, detentor de verdades que não funcionam na prática e que jamais resolverão seus problemas, como a falta de pontos de energia elétrica na sala de aula. Além disso, ele vai apresentar os resultados de sua pesquisa em eventos científicos e escrever artigos para publicar em volumes especializados, expondo a situação da sala de aula, submetendo seus sujeitos a críticas e, até, a comentários irônicos. O pesquisador “vigia” a sala de aula, seu gravador e sua câmera de vídeo são como o panóptico do qual nos fala Foucault (Rosaldo, 1986:92, relaciona o panóptico ao modo de fiscalização do antropólogo em seu trabalho de campo).

Sendo assim, mesmo que a pesquisa etnográfica lance mão de diferentes fontes e de instrumentos para coletar seus dados e analisar as informações obtidas (entrevistas informais, observações gravadas em vídeo, anotações, além de outras pesquisas já divulgadas), ou seja, mesmo que o pesquisador lance mão da *triangulação* (como, por exemplo, em Swann, 1994 e em Hammersley, 1994), as diversas vezes que constituem os discursos do pesquisador e dos sujeitos estarão sempre presentes, relacionando-se e criando novas vozes, nos moldes da heteroglossia bakhtiniana. Não se pode esquecer, também, de que o desejo da verdade que impulsiona a busca do conhecimento, lembrando Foucault, está emaranhado com o desejo de poder. Embora aparentemente a etnografia se proponha a *dar voz* aos sujeitos de pesquisa, como o Criador dotando a criatura do dom da fala articulada, eles continuam assujeitados e falando através do outro - o pesquisador, se considerarmos o ponto de vista dos sujeitos -, detentor do poder de representá-los. Ademais, as entrevistas informais e os diários, instrumentos de pesquisa do etnógrafo, detêm o tom confessional que, aparentemente liberando quem fala de um peso que o incomoda, deixa-o exposto e vulnerável. Realmente, conhecimento e poder parecem indissociáveis. Pretender fazer um retrato fiel de situações tão fragmentadas e conflitantes parece, no mínimo, uma aceção ingênua. Assim, Crapanzano (1986: 53) fala sobre a constituição da autoridade do etnógrafo em seus textos. Segundo ele, o pesquisador assume uma invisibilidade impossível, puramente retórica:

...seu “desinteresse”, sua objetividade, sua neutralidade são, na verdade, entrecortados pelo seu interesse próprio - sua necessidade de constituir sua autoridade, de estabelecer um vínculo com seus leitores, ou, mais acuradamente, seus interlocutores, e de criar uma distância apropriada entre ele próprio e os eventos “estrangeiros” que ele testemunha (aspas no original).

Um outro princípio problemático da pesquisa etnográfica é o que diz respeito ao papel da teoria. Watson-Gegeo (1988:578) diz que o papel da teoria não é bem compreendido, já que o pesquisador não parte para a pesquisa etnográfica sem pré-concepções ou diretrizes para sua observação, como se pode pensar. A teoria é importante para ajudar o pesquisador a decidir que tipos de evidência poderão responder suas perguntas de pesquisa. Embora guiada pela teoria, a pesquisa etnográfica não é determinada por ela. Cada situação investigada deve ser compreendida em seus próprios termos e da perspectiva de seus participantes, segundo o princípio êmico discutido anteriormente. Para Watson-Gegeo, uma análise baseada em ambos os princípios êmico e ético permite comparações interculturais ou interambientais, o que determina mais um princípio etnográfico: o caráter comparativo. O etnógrafo primeiramente procura construir uma teoria do local estudado e, depois, procura extrapolar ou generalizar para outras situações.

A preocupação com a teoria, tanto como fonte de informações para gerar ou direcionar a pesquisa quanto como seu subproduto, parece-me outro reflexo do desejo de totalização. O texto teórico contribui para a segurança acadêmica do pesquisador, confere um respaldo maior a suas conclusões. O autor consagrado empresta um pouco do poder já adquirido a seus pares, que vão acrescentar pontos no tecido que forma aquela comunidade interpretativa. Uma vez parte dela, o texto do pesquisador vai gerar novos textos, corroborando ou refutando suas idéias, até que a palavra não mais pertença a seu autor, ela está no discurso, sendo pinçada aqui e ali para formar novos discursos. Como os galos de João Cabral de Mello Neto que tecem a manhã, o pesquisador tece a teoria para si e para outros. É discurso, pairando tênue.

O que valida a pesquisa etnográfica?

Estabelecidos alguns princípios da pesquisa etnográfica, resta discutir como as descobertas de tais pesquisas podem ser “julgadas”. Como saber se os achados correspondem à “realidade social” observada? Hammersley (1992:57-58) discute o

critério pelo qual a pesquisa etnográfica deve ser analisada. Segundo ele, existem três posições básicas sobre o assunto entre pesquisadores. O primeiro grupo é formado por aqueles que postulam a aplicação do mesmo critério dedicado à pesquisa quantitativa. Ao segundo grupo pertencem aqueles que acreditam ser a etnografia uma forma de ciência diferente das ciências físicas e que a pesquisa quantitativa, modelada em tais ciências, não seria adequada à natureza da vida social humana. Para alguns, a etnografia estaria mais próxima das artes e da literatura e deveria ser julgada de acordo com valores estéticos. Para os pesquisadores do terceiro grupo, não deveria haver qualquer critério para o julgamento de resultados, já que tal postura seria contraditória à própria natureza da pesquisa etnográfica. Hammersley cita alguns pesquisadores que adotariam cada uma das três linhas e claramente rejeita a posição de que não deveria haver critérios para o julgamento dos resultados da pesquisa etnográfica. Para ele, a questão não seria de se aplicar critérios de base quantitativa ou qualitativa, mas sim critérios que avaliem se a pesquisa provê informação relevante e verdadeira de interesse público legítimo. Na base de tal definição, continua ele, há dois critérios segundo os quais os resultados das pesquisas devem ser julgados: verdade (ou validade) e relevância, aplicáveis ambos tanto à pesquisa qualitativa quanto à quantitativa (p.68).

Discutindo validade, Hammersley adota uma posição que ele denomina *realismo sutil*. Para ele, verdade e validade são sinônimos, e um relato é válido ou verdadeiro se representa, com precisão, as características do fenômeno que pretende descrever, explicar ou teorizar. Hammersley reconhece que tal representação é problemática:

Assumida aqui, então, está uma teoria de verdade de correspondência, mas a correspondência envolve representação seletiva em lugar de reprodução da realidade. Além disso, reconhecemos que nunca podemos saber com certeza se (ou até que medida) um relato é verdadeiro; pela razão óbvia que não temos um acesso independente, imediato e absolutamente confiável à realidade. Considerando-se que esta seja a situação, devemos julgar a validade das afirmativas com base na adequação da evidência oferecida para suportá-las (p.69).

Hammersley prossegue, afirmando que, como não há verdades inquestionáveis para servirem de base para a avaliação, sempre que uma evidência for oferecida pode ser contestada, e assim *ad infinitum*. O problema, então, seria quando considerar que as evidências são suficientes. Para ele, há três pontos de reflexão. Primeiro, Hammersley preocupa-se com a questão da plausibilidade e da credibilidade. Se as

afirmações forem suficientemente plausíveis, em comparação com nosso conhecimento pré-existente, podem ser aceitas. Se não, devemos questionar se as afirmações são críveis, ou seja, se podemos esperar que sejam precisas, considerando o que já sabemos sobre as circunstâncias nas quais a pesquisa foi conduzida. O pesquisador, assim, deve prover evidências suficientes para convencer sua audiência. A segunda consideração sobre a medida de evidência a ser apresentada é sobre a centralidade das afirmações. Quando uma informação é central - e por *central* entendo como aquela de maior relevância para a pesquisa -, mais evidência será necessária. A terceira consideração seria a respeito do tipo de afirmação feita. Definições, explicações, descrições e teorias, por exemplo, requerem tipos de evidências diferenciados. Podemos aqui invocar as comunidades interpretativas de Fish. O pesquisador precisa convencer sua audiência, ou seja, precisa validar seu discurso perante os outros membros de sua comunidade científica. Para isso, alguns critérios devem ser preenchidos.

Relevância é o segundo aspecto apontado por Hammersley para que os critérios de pesquisa sejam julgados. É importante, segundo ele, que a audiência seja considerada, além da relação da pesquisa com algum tópico de interesse, bem como em sua exemplificação de algum paradigma metodológico ou teórico (p.73). Produzir uma pesquisa que venha ao encontro do critério de relevância não é tarefa fácil, Hammersley reconhece. Para ele, a pesquisa etnográfica raramente apresenta relevância intrínseca. Os resultados devem-se tornar relevantes através de generalização empírica ou de uma inferência teórica (p.77).

O julgamento de uma pesquisa com base em conceitos de verdade e relevância implica aceções epistemológicas. Convencer uma audiência de que as evidências apresentadas são suficientes só é possível quando pesquisador e audiência entram em um tipo de acordo sobre a suficiência dos argumentos apresentados. Para isso, há de haver uma coincidência, pelo menos parcial, entre o pesquisador e sua audiência sobre a origem do conhecimento envolvido na geração da pesquisa. A pesquisa etnográfica, da mesma forma que acontece com a produção de idéias em vários campos do conhecimento, é influenciada pelas diferentes correntes de pensamento. A questão da representação está no centro das discussões, quer afirmando-se que pesquisa etnográfica deve representar uma realidade existente, sendo assim verdadeira, quer afirmando-se que a representação é impossível, já que realidades sociais são construídas

discursivamente. Para Hammersley, como afirmado anteriormente, um relato é válido ou verdadeiro à medida em que representa as características do fenômeno a ser estudado. Para ele, não é possível determinar se os resultados são falsos ou verdadeiros *per se*, mas critérios para julgá-los são necessários. Outras correntes de pensamento, entretanto, vêem o assunto de forma diferente.

Uma linha de pensamento muito aceita por etnógrafos é a doutrina do realismo, segundo a qual existe uma realidade independente do pesquisador que pode ser conhecida, e o objetivo da pesquisa seria produzir relatos que correspondam a essa realidade (Hammersley, 1993:43). A pesquisa etnográfica, pressupondo um contato bastante próximo com os sujeitos pesquisados, seria mais adequada para se produzir esse tipo de resultado do que a pesquisa experimental. De forma semelhante, a linha naturalista objetiva captar a natureza dos fenômenos sociais em seus próprios termos. Visto desta perspectiva, o objetivo da pesquisa etnográfica seria “descobrir e representar fielmente a verdadeira natureza do fenômeno social” (Hammersley, 1993:44). Para Hammersley, aplicar o realismo à pesquisa etnográfica implica adotar uma abordagem que destoa de sua característica, ou seja, implica interpretar as crenças das pessoas como o produto ou do contato com a realidade ou como preconceito cultural, abandonando-se a tentativa de se compreender o ponto de vista do outro, em lugar de simplesmente emitir-se julgamentos baseados no critério de verdadeiro ou falso (p.45).

Contrária à linha realista está o construtivismo, segundo o qual as pessoas constroem o mundo social, através de suas interpretações e ações baseadas em tais interpretações. Para Hammersley, realismo e construtivismo podem ser compatíveis se o pesquisador procurar entender, em lugar de julgar, as crenças do outro e documentar as múltiplas perspectivas que podem ser encontradas dentro das sociedades e entre elas. Entretanto, se a pesquisa etnográfica for tratada como uma atividade social e a abordagem construtivista for aplicada a ela, surgirá a questão epistemológica das descobertas etnográficas:

O que parece resultar disso é que, em seu trabalho, os etnógrafos criam um mundo (ou mundos) social, em lugar de simplesmente representar uma realidade independente (mais ou menos acuradamente). E, pode-se conduir, esse mundo não é mais nem menos verdadeiro do que outros; por exemplo, do que as percepções e interpretações das pessoas estudadas. Desta forma, o construtivismo etnográfico parece resultar em um relativismo que está em conflito com o compromisso da etnografia com o realismo (p.45).

Para se tentar resolver o conflito entre realismo e construtivismo, uma alternativa seria aplicar o relativismo ao processo de pesquisa. Idéias filosóficas das décadas de 60 e de 70 do século passado, continua Hammersley, influenciaram essa perspectiva como, por exemplo, a idéia dos fenomenologistas de que nosso entendimento do mundo é construído com base em acepções interpretadas não como pressupostos universais, mas como culturalmente relativas, e a visão de Wittgenstein de que nossa linguagem determina os limites do nosso mundo. Ao mesmo tempo, as idéias revisionistas na filosofia da ciência, vendo a história da ciência não como um conhecimento cada vez mais preciso do mundo físico, mas como uma seqüência de períodos nos quais a pesquisa é dominada por um paradigma em particular, também contribuíram para uma visão relativista da pesquisa etnográfica.

Assim, a visão anti-realista passa a ter influência na etnografia, em especial derivada da hermenêutica e de uma postura pós-moderna. Alguns etnógrafos passaram a concluir que seus relatos são apenas uma versão do mundo, entre outras. Para Hammersley, entretanto, essa visão é problemática. Se todo conhecimento é culturalmente relativo, a máxima aplica-se a ela mesma e, portanto, só será verdadeira relativamente a uma cultura em particular, e pode ser falsa da perspectiva de outras culturas. Além disso, pessoas podem estar criando fronteiras culturais simplesmente para proteger a validade de suas crenças. Dessa forma, toda afirmação acerca da natureza e dos limites de culturas em particular teria que ser tratada como relativa, levando à circularidade, arremata Hammersley.

Qual seria, entretanto, o lado negativo de se afirmar que o conhecimento é culturalmente relativo? Qual o problema se outros povos ou culturas não concordarem com tal afirmação? Talvez o grande trunfo da etnografia pós-moderna seja reconhecer que existem diferenças e que elas não precisam ser eliminadas. As regras existem em qualquer sociedade, o que não podemos é querer forçar nossas regras e nosso modo de entendimento para a observação e a análise do funcionamento de outras organizações. Para conhecermos uma outra cultura, que não a nossa, sempre projetaremos a imagem de nossa própria cultura sobre a do outro. Portanto, nunca haverá uma visão “verdadeira”, ou mais adequada por si só, do que outras. Assim, o relato de um pesquisador pode ser julgado mais ou menos adequado a determinadas regras, mas não mais ou menos “verdadeiro”. Ademais, para quem o pesquisador escreve? Retomando o critério da

audiência, podemos observar que, muitas vezes, uma pesquisa é produzida para a obtenção de um grau acadêmico e, assim, deve seguir determinadas regras para sua aprovação. Se aprovada por um grupo de pessoas, será considerada “verdadeira” e aceita dentro daquela comunidade, o que pode não acontecer se a banca examinadora for composta por outros membros. Trabalhos podem ser muito elogiados pela equipe editorial de um periódico e sumariamente rejeitados por outra. Isso indicaria que a pesquisa é mais ou menos “correta” do ponto de vista da representação da realidade observada? Não acredito. Está apenas mais ou menos *dans le vrais* de determinada comunidade interpretativa e de um momento histórico.

Finalizando, Hammersley questiona a validade da pesquisa nos moldes relativistas do ponto de vista de suas implicações práticas. Se o que etnógrafos produzem é simplesmente uma versão do mundo, que valor seus achados podem ter? E por que publicar esta pesquisa e não aquela? Se os achados não podem ser considerados verdadeiros, afirma ele, poderiam ser úteis de alguma forma como, por exemplo, propiciar idéias instrutivas ou mesmo entretenimento. Mas outros livros, como os de etiqueta ou de auto-ajuda, cumpririam tal função (p.49). Para Hammersley, a solução para a pesquisa etnográfica seria a adoção do que ele chama de realismo sutil, aplicando-se critérios para julgar as descobertas advindas de tal pesquisa, como já discutido anteriormente. Ao que parece, Hammersley, assim como outros pesquisadores, não consegue lidar com o caráter “instável” da pesquisa etnográfica, em especial com uma orientação pós-moderna. Regras existem, é inegável, mas elas são construídas de acordo com interesses, com relações de poder e são históricas. Além disso, o caráter utilitário de uma pesquisa também é histórico, assim como a própria preocupação exagerada com tal critério. O que “serve” hoje pode ser inútil amanhã.

Considerações finais

Assim, a pesquisa etnográfica pós-moderna não tem a preocupação de representar verdadeiramente a cultura de um grupo de pessoas; ela reconhece o indivíduo fragmentado e a impossibilidade de totalização do conhecimento. Em outras palavras, é discurso, verdadeiro em um contexto, mas que não deixa de ser uma versão construída do outro mesclada com a visão de si mesmo. A situação que o pesquisador descreve da sala de aula não é um retrato fiel, nem as conclusões e as sugestões apontadas constituem caminho seguro para a solução dos problemas - se é que todos os envolvidos

consideram as questões levantadas pelo pesquisador como “problemas” ou como desvios das normas, demandando correção. Não podemos saber se as ruínas são de um edifício sagrado ou profano, apenas nos convencemos, ou não, da imagem que nos é desenhada.

Referências

- CRAPANZANO, V. Hermes dilemma: The masking of subversion in ethnographic description. In: CLIFFORD, J.; MARCUS, G.C. (ed.). *Writing culture. The poetics and politics ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986. p. 51-76.
- HAMMERSLEY, M. Introducing ethnography. In: GRADDOL, D. et al. (Ed.). *Researching language and literacy in social context*. Clevedon: Multilingual Matters, The Open University, 1994. p. 1-17.
- HAMMERSLEY, M. *What's wrong with ethnography?: methodological explorations*. London: Routledge, 1992.
- HORNBERGER, N.H. Ethnography. In: CUMMING, A. (Ed.). *Alternatives in tesol Research: descriptive, interpretive, and ideological orientations*. *Tesol Quarterly*, Alexandria, v. 28, no 4, p.673-703, winter, 1994.
- MARCUS, G.E. (Ed.). *Writing culture. the poetics and politics of ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986. p. 51-76a.
- MARCUS, G.E. (Ed.). *Writing culture: the poetics and politics of ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986. p. 77-98b.
- MARCUS, G.E. (Ed.). *Writing culture: the poetics and politics of ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986. p. 122-140c.
- ROSALDO, R. From the door of his tent: The fiedworker and the inquisitor. In: CLIFFORD, J.; MARCUS, G.C. (ed.). *Writing culture. The poetics and politics ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986. p. 51-76.
- SWANN, J. Observing and recording talk in educational settings. In: GRADDOL, D. et al. (Ed.). *Researching language and literacy in social context*. Clevedon: Multilingual Matters, The Open University, 1994. p. 26-48.
- TYLER, S. A. Post-modern ethnography: from document of the occult to occult document. In: CLIFFORD, J.; MARCUS, G.E. (Ed.). *Writing culture: the poetics and politics of ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986. p. 122-140.
- VAN LIER, L. Ethnography: bandaid, bandwagon, or contraband? In: BRUMFIT, C.; MITCHEL, R. (Ed.). *Research in the language classroom*. Exmouth: Modern English, The British Council, 1989. p. 33-53.
- WATSON-GEGEO, K. A. Ethnography in ESL: defining the essentials. *Tesol Quarterly*, Alexandria, v. 22, no 4, p.575-592, dec. 1988.

Received on December 06, 2000.

Accepted on January 23, 2001.